

Escola de Administração Fazendária

CONCURSO PÚBLICO PARA  
AUDITOR-FISCAL DA RECEITA  
FEDERAL - AFRF-2000

PROVA A.3 – Gabarito 1 - APLICADA EM 14/01/01 (DOMINGO - MANHÃ)

Área: POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

GABARITO (antes dos recursos)

GABARITO 1		GABARITO 2		GABARITO 3		GABARITO 4	
01 - E	31 - A	01 - C	31 - D	01 - B	31 - D	01 - E	31 - D
02 - D	32 - B	02 - D	32 - A	02 - E	32 - A	02 - A	32 - C
03 - A	33 - C	03 - B	33 - C	03 - C	33 - D	03 - B	33 - E
04 - B	34 - E	04 - A	34 - A	04 - C	34 - A	04 - D	34 - A
05 - C	35 - D	05 - B	35 - E	05 - A	35 - C	05 - C	35 - B
06 - E	36 - E	06 - E	36 - B	06 - A	36 - A	06 - D	36 - D
07 - A	37 - B	07 - C	37 - E	07 - B	37 - D	07 - A	37 - E
08 - B	38 - D	08 - A	38 - D	08 - C	38 - B	08 - C	38 - A
09 - C	39 - A	09 - D	39 - C	09 - D	39 - E	09 - E	39 - B
10 - E	40 - C	10 - B	40 - B	10 - E	40 - C	10 - B	40 - D
11 - C	41 - E	11 - A	41 - E	11 - E	41 - E	11 - D	41 - B
12 - D	42 - D	12 - B	42 - D	12 - B	42 - B	12 - C	42 - C
13 - A	43 - E	13 - E	43 - C	13 - B	43 - C	13 - D	43 - E
14 - D	44 - B	14 - D	44 - A	14 - E	44 - B	14 - A	44 - C
15 - B	45 - A	15 - C	45 - B	15 - D	45 - D	15 - E	45 - A
16 - C	46 - C	16 - E	46 - C	16 - C	46 - B	16 - B	46 - B
17 - D	47 - A	17 - B	47 - A	17 - E	47 - C	17 - E	47 - C
18 - A	48 - B	18 - E	48 - D	18 - B	48 - A	18 - A	48 - E
19 - A	49 - A	19 - B	49 - D	19 - E	49 - E	19 - E	49 - E
20 - D	50 - D	20 - D	50 - B	20 - D	50 - A	20 - C	50 - C
21 - D	51 - B	21 - B	51 - B	21 - A	51 - D	21 - A	51 - C
22 - C	52 - D	22 - E	52 - C	22 - D	52 - B	22 - C	52 - B
23 - B	53 - A	23 - C	53 - D	23 - C	53 - E	23 - E	53 - A
24 - A	54 - C	24 - A	54 - E	24 - B	54 - C	24 - B	54 - E
25 - E	55 - E	25 - D	55 - A	25 - A	55 - A	25 - D	55 - D
26 - E	56 - B	26 - A	56 - A	26 - D	56 - E	26 - A	56 - D
27 - B	57 - E	27 - C	57 - C	27 - C	57 - A	27 - D	57 - A
28 - B	58 - C	28 - D	58 - C	28 - B	58 - D	28 - B	58 - A
29 - D	59 - E	29 - C	59 - A	29 - E	59 - C	29 - D	59 - C
30 - A	60 - C	30 - E	60 - E	30 - A	60 - B	30 - B	60 - E

## PROVA A.3 – Política e Adm. Tributária - VERSÃO 1 - Gabarito 1 - APLICADA EM 14/01/01 (DOMINGO)

## DIREITO ADMINISTRATIVO

01- Não caracteriza a empresa pública:

- a) a adoção de qualquer forma jurídica admitida em Direito
- b) pessoal contratado sob o regime trabalhista
- c) necessidade de lei autorizativa para sua criação
- d) inclusão de seu pessoal nas regras de vedação de acumulação remunerada de cargos
- e) personalidade jurídica de direito público

02- A participação do usuário na administração pública direta e indireta dar-se-á, entre outros, mediante os seguintes instrumentos, exceto:

- a) representação contra o exercício negligente ou abuso de cargo, emprego ou função na administração pública
- b) garantia de manutenção de serviços de atendimento ao usuário
- c) avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços
- d) acesso ilimitado dos usuários a registro administrativo e informações sobre atos de governo
- e) reclamação relativa à prestação dos serviços públicos em geral

03- A vedação à Administração Pública de, por meio de mero ato administrativo, conceder direitos, criar obrigações ou impor proibições, vincula-se ao princípio da

- a) legalidade
- b) moralidade
- c) impessoalidade
- d) hierarquia
- e) eficiência

04- No âmbito do regime jurídico-administrativo, não é considerada prerrogativa da Administração Pública:

- a) poder de expropriar
- b) realizar concurso público para seleção de pessoal

- c) alterar unilateralmente os contratos administrativos
- d) instituir servidão
- e) impor medidas de polícia

05- Em relação ao regime constitucional dos servidores públicos, é correto afirmar:

- a) os cargos de provimento em comissão são privativos dos servidores de carreira
- b) é vedado o direito de greve aos servidores públicos
- c) os casos de contratação por tempo determinado são destinados, exclusivamente, ao atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público
- d) a admissão de pessoas portadoras de deficiência, para cargos efetivos, independe de concurso público
- e) é permitida a vinculação para o efeito de remuneração no serviço público

06- Serão obrigatoriamente remunerados por meio de subsídio, fixado em parcela única, exceto:

- a) o detentor de mandato eletivo
- b) os Ministros de Estado
- c) os Secretários Estaduais e Municipais
- d) o membro de Poder
- e) o servidor público organizado em carreira

07- Em relação à aposentadoria do servidor não é correto afirmar:

- a) para a aposentadoria voluntária é exigida a comprovação de ter o servidor cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos na carreira em que se dará a aposentadoria
- b) os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria
- c) ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, aplica-se o regime geral de previdência social

- d) os requisitos de idade e de tempo de contribuição necessários para a aposentadoria serão reduzidos para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério no ensino fundamental e médio
- e) a aposentaria compulsória, por implemento de idade, ocorre aos setenta anos, seja homem ou mulher o servidor
- 08- Em relação à concessão de serviço público, é correto afirmar:
- a) decadência é a retomada do serviço público ao final do prazo da concessão
- b) a rescisão unilateral por motivo de inadimplência contratual denomina-se caducidade
- c) a responsabilidade do concessionário por prejuízos causados a terceiros, por consequência de seus serviços, tem natureza subjetiva
- d) é possível a alteração unilateral do objeto da concessão
- e) a incorporação dos bens do concessionário ao poder concedente dar-se-á mediante encampação
- 09- Para se dar a revogação do procedimento licitatório, deve haver
- a) vício no edital
- b) recurso provido de licitante
- c) fato superveniente e motivação
- d) conveniência do Poder Público
- e) ilegalidade em qualquer fase do procedimento
- 10- Em relação ao pregão, nova modalidade de licitação, não é correto afirmar:
- a) poderá haver lances verbais e sucessivos no curso da sessão
- b) a fase de habilitação ocorre *a posteriori*, em relação ao julgamento da proposta
- c) é vedada a exigência de garantia de proposta
- d) o prazo para a apresentação das propostas não será inferior a oito dias úteis, contados da publicação do aviso
- e) se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, novo pregão deverá ser realizado
- 11- Não se considera como característica própria do contrato administrativo, não presente nas relações do direito comum:
- a) presença de cláusulas exorbitantes
- b) mutabilidade
- c) forma prescrita ou não vedada em lei
- d) finalidade pública
- e) presença da Administração Pública como poder público
- 12- O contrato administrativo que tem por objeto a obtenção de mão-de-obra para pequenos trabalhos, mediante pagamento por preço certo, com ou sem fornecimento de material, denomina-se:
- a) contrato de fornecimento
- b) administração contratada
- c) contrato de gestão
- d) tarefa
- e) concessão de uso
- 13- A atribuição do Congresso Nacional de sustar contratos considerados irregulares, classifica-se como um ato do controle
- a) financeiro
- b) administrativo
- c) interno
- d) judicial
- e) político
- 14- O ato administrativo que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, cujas vontades se unem para formar um ato único, denomina-se
- a) ato singular
- b) ato procedimental
- c) ato duplo
- d) ato complexo
- e) ato composto
- 15- Em relação à discricionariedade, não é correto afirmar:
- a) jamais se manifesta em relação ao sujeito do ato administrativo
- b) somente ocorre quando a lei expressamente confere à Administração o poder de exercê-la
- c) tem por fundamento o binômio “conveniência e oportunidade”
- d) pode ser controlada mediante ato do Poder Judiciário
- e) não está presente em todos os elementos do ato administrativo

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

16- Indique, nas opções abaixo, aquela que não se apresenta como um princípio da Administração Pública estabelecido pela Constituição de 1988.

- a) Legalidade
- b) Impessoalidade
- c) Unidade
- d) Moralidade
- e) Publicidade

17- Uma das características da gestão pública é a tomada de decisões para definir e estabelecer políticas públicas. Há uma tendência de pensar o processo decisório governamental como se fosse o processo de uma organização privada, buscando dar-lhe uma racionalidade própria do gerenciamento empresarial. Esta perspectiva não tem-se mostrado suficiente para explicar o que ocorre em termos de governo. Indique se as proposições a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F), considerando a diferença entre processo decisório governamental e processo decisório empresarial.

- ( ) Na perspectiva empresarial pressupõe-se a existência de um objetivo comum que propicia a implementação da decisão; no governo a decisão é implementada por um aglomerado de organizações com objetivos próprios.
- ( ) Na perspectiva empresarial a implementação de ações se pauta num padrão de eficiência e desempenho; na perspectiva governamental esse padrão está sujeito a arranjos entre indivíduos e grupos.
- ( ) As decisões governamentais são simples pois buscam atender interesses da população claramente definidos; já as decisões empresariais se caracterizam pelo intenso conflito de interesses.
- ( ) As decisões governamentais são complexas pois legitimam algum ponto de vista da sociedade, denotando a existência permanente de conflitos.

- a) F, V, F, V
- b) V, F, F, V
- c) V, V, F, F
- d) V, V, F, V
- e) F, F, V, V

18- “Há poucas dúvidas de que o modelo de administração pública, da forma como foi

concebido e implantado no Brasil a partir de 1930 entrou em absoluto e definitivo colapso nos últimos anos. O aparelho público degradou-se em todas as áreas de atuação direta e indireta do Estado. Democraticamente, nada foi poupado: a escola pública faliu; a saúde pública regrediu a padrões incompatíveis com o mundo chamado civilizado, enquanto que os centros de excelência de ensino, pesquisa, ciência e tecnologia, que sobreviveram e se consolidaram a duras penas no setor público, foram progressivamente dizimados pela absoluta inanição a que foram submetidos.”

(Trecho extraído do livro “ **A Reengenharia do Estado Brasileiro**” de Hamilton Dias de Souza (apresentação) (São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais, 1995 ) P.146)

Indique, nas opções abaixo, aquela que não se apresenta como um dos fatores associados ao colapso acima mencionado.

- a) A simplificação radical dos mecanismos fiscais e regulatórios do Poder Público.
- b) Inflação crescente e desequilíbrio orçamentário crônico erodindo paulatinamente a capacidade do Estado de prestar serviços.
- c) Clientelismo, corporativismo, populismo e corrupção.
- d) Políticas equivocadas de combate à inflação, baseadas sistematicamente na recessão e nos juros elevados, impondo um regime de verdadeira penúria ao setor público.
- e) Esgotamento do modelo do Estado-condutor do processo econômico e social.

19- “Mears define TQM (Gerenciamento da Qualidade Total) como um sistema permanente e de longo prazo, voltado para alcançar a satisfação do cliente por meio da melhoria contínua da qualidade dos serviços e produtos.”

(Trecho extraído do livro “**Mudança organizacional**” de Thomaz Wood Jr. (org.) (2 ed. São Paulo. Atlas, 2000) P. 153)

Qual das opções abaixo não reflete elementos básicos do TQM ?

- a) Mudanças radicais e estruturas paralelas.
- b) Eliminação de barreiras e relacionamento cliente / fornecedor.
- c) Comunicação e *empowerment* do trabalhador.
- d) Avaliação contínua e treinamento.
- e) Visão organizacional e melhoria contínua.

20- O Programa Brasileiro da Qualidade e Participação (PBQP) na Administração Pública surgiu como o principal instrumento para a mudança de uma cultura burocrática para uma cultura gerencial, responsável por promover a revolução nos valores estabelecidos no plano político-filosófico, necessário à implantação de um novo modelo de Estado: participação, reconhecimento do potencial do servidor e de sua importância no processo produtivo, igualdade de oportunidades e opção pela cidadania.

Muito embora os projetos do PBQP guardem entre si uma unidade de objetivos estratégicos, o esforço de implantar a qualidade no campo da Administração Pública apresenta algumas especificidades decorrentes da natureza da atividade pública, ausentes no setor privado, que desaconselham a mera reprodução, para o setor público, das diretrizes e ações adotadas na absorção da metodologia no setor privado.

Qual das opções abaixo não reproduz com fidelidade uma diferença relevante entre o setor público e o setor privado ?

- As finalidades principais das atividades de caráter privado são o lucro e a sobrevivência em um ambiente de alta competitividade, enquanto os objetivos da atividade pública estão imbuídos do ideal democrático de prestar serviços à sociedade, em prol do bem-estar comum.
- A preocupação em satisfazer o cliente no setor privado é baseada no interesse, enquanto no setor público essa preocupação tem que ser alicerçada no dever.
- As políticas voltadas para a Qualidade no setor privado referem-se a metas de competitividade no sentido da obtenção, manutenção e expansão de mercado; enquanto no setor público a meta é a busca da excelência no atendimento a todos os cidadãos, ao menor custo possível.
- O cliente atendido, no setor privado, remunera indiretamente a organização, pagando pelo serviço ou pelo produto adquirido; no setor público, o cliente atendido paga diretamente pelo serviço recebido, pela via do imposto, sem qualquer simetria entre a quantidade e a qualidade do serviço recebido e o valor do tributo que recolhe.
- As diferentes contingências a que estão submetidos os dois setores, como, por exemplo, limites de autonomia estabelecidos pela legislação e o perfil da clientela.

21- Indique, entre as opções abaixo, aquela que não se apresenta como uma das finalidades do

sistema de controle interno, a ser exercido, de forma integrada, pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para promover a fiscalização e controle dos orçamentos públicos.

- Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

22- “A administração pública gerencial emergiu na segunda metade deste século como resposta à crise do Estado, como modo de enfrentar a crise fiscal, como estratégia para reduzir o custo e tornar mais eficiente a administração dos imensos serviços que cabiam ao Estado e como um instrumento de proteção do patrimônio público contra os interesses do *rent-seeking* ou da corrupção aberta. Mais especificamente, desde a década de 60, ou pelo menos desde o início dos anos 70, cresceu a insatisfação, amplamente disseminada, com relação à administração pública burocrática”.

(Trecho extraído do livro “**Reforma do Estado e administração pública gerencial**” de Luiz Carlos Bresser Pereira e Peter Spink (org.) (2 ed. Rio de Janeiro. FGV, 1998 ) P. 28)

Indique, entre as opções abaixo, aquela que não se enquadra como uma característica básica da administração pública gerencial, acima mencionada.

- É orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados.

- b) Como estratégia, serve-se da descentralização e do incentivo à criatividade e à inovação.
- c) Concentra-se no processo, definindo procedimentos que satisfaçam as demandas dos cidadãos.
- d) Utiliza o contrato de gestão como instrumento de controle dos gestores públicos.
- e) Pressupõe que os políticos e os funcionários públicos são merecedores de grau limitado de confiança.

23- “As matérias de natureza fiscal da Constituição estão consolidadas no título “Da Tributação e do Orçamento”, que se desdobra em dois capítulos, sendo um referente ao Sistema Tributário Nacional e outro às Finanças Públicas. Neste último explicitam-se as linhas gerais do processo orçamentário; cabe, como na Constituição de 1969, à iniciativa do Poder Executivo estabelecer os orçamentos anuais, o plano plurianual de investimentos, e agora, também, as chamadas diretrizes orçamentárias (LDO).

Dispõe a Constituição que a LDO serve para “orientar” a elaboração da lei orçamentária anual, e “dispor” sobre as modificações na legislação oficiais de fomento (art. 165, § 2º). Assim, a LDO antecipa o orçamento anual, com todas as suas implicações alocativas e tributárias, e, ainda, fixa o programa das instituições financeiras da União.”

(Trecho extraído do livro “A Reengenharia do estado brasileiro” de Hamilton Dias de Souza (apresentação) (São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais, 1995) P.138/9)

Indique, entre as opções abaixo, aquela que não representa um dos conteúdos programáticos das LDOs.

- a) Sinalizam a necessidade de elevação de receitas e de cortes nos subsídios e, para tanto, contemplam mudanças.
- b) Estabelecem a possibilidade de remanejamento de gastos sobre os principais grupos de despesa de transferências, pessoal e serviço da dívida.
- c) Vedam a fixação de despesas que não tiverem definida a fonte de recursos, sendo que as operações de crédito se devem limitar à rolagem da dívida e aos investimentos “prioritários” da administração direta.
- d) Estabelecem a regra de rolagem das dívidas externas das empresas estatais e do setor público estadual e municipal.

- e) Definem que as despesas de pessoal, em termos reais, não poderão superar as autorizadas no ano anterior.

24- “Muitos autores consideram a Teoria de Sistemas demasiada abstrata e conceitual e, portanto, de difícil aplicação a situações gerenciais práticas. Muito embora venha predominando fortemente na teoria administrativa, e tendo “uma aplicabilidade geral ao comportamento de diferentes tipos e indivíduos em diferentes meios culturais”, a abordagem sistêmica é basicamente uma teoria geral compreensiva, cobrindo amplamente todos os fenômenos organizacionais. Ela é uma teoria geral das organizações e da administração, uma síntese integrativa dos conceitos clássicos, neoclássicos, estruturalistas, neo-estruturalistas e behavioristas.”

(Trecho extraído do livro “Teoria geral da administração: abordagens descritivas e explicativas” de Idalberto Chiavenato (3 ed. Vol. 2. São Paulo. McGraw-Hill, 1987). Pg. 379)

Na Teoria de Sistemas as organizações são abordadas como:

- a) sistemas abertos, pois o seu comportamento é probabilístico
- b) sistemas fechados, pois o seu comportamento é não-determinístico
- c) sistemas abertos, pois o seu comportamento é determinístico
- d) sistemas fechados, pois o seu comportamento é probabilístico
- e) sistemas abertos, pois o seu comportamento é não-probabilístico

25- “No século 21, o grande desafio para o direito administrativo é proteger o Estado, ou mais especificamente, a *res publica*, para, desta forma, proteger o cidadão. Cidadão-contribuinte, que paga impostos e tem direito a que os serviços prestados pelo Estado sejam eficientes, custem o mínimo necessário. Cidadão-usuário, que recebe serviços, e tem direito a que eles sejam de boa qualidade. Cidadãos-cidadãos, que têm direito à *res publica*. No século 21, afirmará a prioridade do interesse público e, através dos direitos republicanos, protegerá adicionalmente os cidadãos contra a captura do Estado pelos interesses privados.”

(Trecho extraído da publicação “Cidadania e Res publica: a emergência dos direitos republicanos” de Luiz Carlos Bresser Pereira (Brasília. MARE/ENAP, 1997) p. 26 (Texto para discussão, 15)

Qual das opções abaixo indica o instrumento legal, na Constituição de 1988, que visa anular ato lesivo ao patrimônio público de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência ?

- a) mandado de injunção
- b) "habeas-corpus"
- c) "habeas-data"
- d) mandado de segurança
- e) ação popular

26- Segundo Druker, **eficácia** é "fazer as coisas certas" enquanto **eficiência** é "fazer certo as coisas". Da conjugação de determinados graus de eficácia e eficiência, qual é a denominação dada ao conceito que propicia a satisfação do cliente e, conseqüentemente, a garantia de permanência no mercado?

- a) Efabulação
- b) Efluxão
- c) Efetuação
- d) Efluência
- e) Efetividade

27- "São servidores públicos, em sentido amplo, as pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos".

(Trecho extraído do livro "**Direito administrativo**" de Maria Sylvania Zanella Di Pietro (12 ed. São Paulo. Atlas, 2000). Pg. 417)

Qual das opções abaixo apresenta corretamente as 3 categorias de servidores públicos ?

- a) Servidores escriturários, empregados não contratados sob o regime da legislação trabalhista e servidores permanentes.
- b) Servidores estatutários, empregados públicos e servidores temporários.
- c) Servidores estatutários, empregados públicos e servidores permanentes.
- d) Servidores escriturários, empregados não contratados sob o regime da legislação trabalhista e servidores temporários.
- e) Servidores escriturários, empregados públicos e servidores temporários.

28- "A autoridade funcional corresponde à autoridade estabelecida pela função exercida pelas unidades organizacionais. A autoridade funcional deve ser muito bem estabelecida pela empresa para evitar possíveis problemas de duplicidade de comando. O ideal é a autoridade funcional estar correlacionada apenas ao estabelecimento de políticas administrativas".

(Trecho extraído do livro "**Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**" de Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira (11 ed. São Paulo. Atlas, 2000) P. 93/4)

Qual das opções abaixo não explicita um dos aspectos básicos do sistema de autoridade ?

- a) Delegação
- b) Recompensa
- c) Centralização e Descentralização
- d) Níveis Hierárquicos
- e) Amplitude de Controle

29- "No presente momento, uma visão realista da reconstrução do aparelho de Estado em bases gerenciais deve levar em conta a necessidade de equacionar as assimetrias decorrentes da persistência de aspectos patrimonialistas na administração contemporânea, bem como dos excessos formais e anacronismo do modelo burocrático tradicional. Para isso, é fundamental ter clara a dinâmica da administração racional-legal ou burocrática. Não se trata simplesmente de descartá-la, mas sim de considerar os aspectos em que está superada e as características que ainda se mantêm válidas como formas de garantir efetividade à administração pública.

O modelo gerencial tornou-se realidade no mundo desenvolvido quando, através da definição clara de objetivos para cada unidade da administração, da descentralização, da mudança de estruturas organizacionais e da adoção de valores e comportamentos modernos no interior do Estado, se revelou mais capaz de promover o aumento da qualidade e da eficiência dos serviços sociais oferecidos pelo setor público. A reforma do Estado no Brasil significará, fundamentalmente, a introdução na administração pública da cultura e das técnicas gerenciais modernas."

(Trecho extraído da publicação "**Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**". Brasília. MARE, 1995) P. 24)

A Teoria da Burocracia surgiu na Teoria Geral da Administração ao redor da década de 40,

quando a Teoria Clássica e a Teoria das Relações Humanas lutavam entre si pela conquista de espaço na teoria administrativa e já apresentavam sinais de obsolescência para a sua época. Indique, entre as opções abaixo, a principal ênfase da Teoria da Burocracia.

- a) nas pessoas
- b) no ambiente
- c) nas tarefas
- d) na estrutura organizacional
- e) na tecnologia

30- "Uma das mais importantes mudanças nas funções administrativas deste fim de século é o aumento profundo da interdependência organizacional onde as redes têm sido grandes laboratórios da gestão contemporânea". (Alketa Peci)

Assinale a opção que não expressa corretamente o pensamento sobre redes.

- a) O conceito de redes rompe com toda e qualquer hierarquia presente nas organizações, apresentando a flexibilidade necessária aos negócios.
- b) A teoria de redes surge a partir do entendimento de que as organizações se situam num contexto de relações sociais seja com fornecedores, distribuidores, agências reguladoras e usuários.
- c) A tecnologia da informação tem propiciado o desenvolvimento de organizações em rede.
- d) A teoria de redes sociais analisa as interações que se estabelecem entre os atores sociais enfocando sua interdependência e o grau de influência de cada um.
- e) A ênfase no estudo de redes surge da necessidade de cooperação entre governo, empresas privadas, organizações não-governamentais e representantes da sociedade civil para fazer face às exigências da sociedade.

### ECONOMIA

31- Pode-se dividir as variáveis macroeconômicas em duas categorias: variáveis "estoque" e variáveis "fluxo". Assim, podemos afirmar que

- a) a renda agregada, o investimento agregado, o consumo agregado e o déficit orçamentário são variáveis "fluxo" ao passo que a dívida do governo e a quantidade de capital na economia são variáveis "estoque".

- b) a renda agregada, o investimento agregado, o consumo agregado e o déficit orçamentário são variáveis "estoque" ao passo que a dívida do governo e a quantidade de capital na economia são variáveis "fluxo".
- c) a renda agregada, o investimento agregado, o consumo agregado e a dívida pública são variáveis "fluxo" ao passo que o déficit orçamentário e a quantidade de capital na economia são variáveis "estoque".
- d) o investimento agregado, o consumo agregado e a dívida pública são variáveis "fluxo" ao passo que a renda agregada, o déficit orçamentário e a quantidade de capital na economia são variáveis "estoque".
- e) a renda agregada e o déficit orçamentário são variáveis "fluxo" ao passo que o consumo agregado, o investimento agregado, a dívida pública e a quantidade de capital na economia são variáveis "estoque".

32- Considere:

Ipr = investimento privado  
Ipu = investimento público  
Spr = poupança privada  
Sg = poupança do governo  
Se = poupança externa

Com base nas identidades macroeconômicas fundamentais, pode-se afirmar que:

- a)  $Ipr + Ipu = Spr + Sg$
- b)  $\text{déficit público} = Spr - Ipr + Se$
- c)  $Ipr + Ipu + Se = Spr + Sg$
- d)  $\text{déficit público} = Spr + Ipr + Se$
- e)  $Ipr = Spr + Se$

33- Considere uma economia hipotética que produza apenas 3 bens finais: arroz, feijão e carne, cujos preços (em unidades monetárias) e quantidades (em unidades físicas), para os períodos 1 e 2, encontram-se na tabela a seguir:

período	arroz		feijão		carne	
	preço	quant.	preço	quant.	preço	quant.
1	2,20	10	3,00	13	8,00	13
2	2,30	11	3,50	14	15,00	8

Considerando que a inflação utilizada para o cálculo do Produto Real Agregado desta economia foi de 59,79% entre os dois períodos, podemos afirmar que:

- a) o Produto Nominal cresceu 17,76% enquanto o Produto Real cresceu apenas 2,26%.
- b) o Produto Nominal cresceu 12,32% ao passo que não houve alteração no Produto Real.
- c) o Produto Nominal cresceu 17,76% ao passo que o Produto Real caiu 26,26%.
- d) o Produto Nominal cresceu 15,15% ao passo que o Produto Real caiu 42,03%.
- e) o Produto Nominal cresceu 15,15% ao passo que o Produto Real caiu 59,79%.

34- Considere as seguintes informações para uma economia hipotética, num determinado período de tempo, em unidades monetárias:

Consumo autônomo = 100;  
 Investimento agregado = 150;  
 Gastos do governo = 80;  
 Exportações = 50;  
 Importações = 30.

Pode-se então afirmar que,

- a) se a propensão marginal a consumir for 0,8, a renda de equilíbrio será de 1700
- b) se a propensão marginal a poupar for 0,3, a renda de equilíbrio será de 1700
- c) se a propensão marginal a consumir for de 0,6, a renda de equilíbrio será de 1730
- d) se a propensão marginal a consumir for 0,7, a renda de equilíbrio será de 1800
- e) se a propensão marginal a poupar for 0,2, a renda de equilíbrio será de 1750

35- É correto afirmar que a demanda por moeda depende

- a) tanto da renda quanto da taxa nominal de juros. Assim, quanto maior a renda ou quanto maior a taxa de juros, maior será a demanda por moeda
- b) exclusivamente da taxa de juros real. Assim, quanto maior for a taxa de inflação esperada, maior tenderá ser a demanda por moeda
- c) exclusivamente da renda real. Assim, quanto maior for a inflação esperada, maior será a demanda por moeda
- d) tanto da renda quanto da taxa nominal de juros. Assim, quanto maior a renda ou quanto menor a taxa de juros, maior será a demanda por moeda
- e) exclusivamente da taxa esperada de inflação. Assim quanto maior for esta taxa, maior será a demanda por moeda

36- Considerando o modelo IS/LM com os casos denominados de "clássico" e da "armadilha da liquidez", podemos afirmar que:

- a) no "caso clássico", deslocamentos da curva IS só altera o nível do produto uma vez que a taxa de juros é fixa.
- b) tanto no "caso clássico" quanto no caso da "armadilha da liquidez", elevações dos gastos públicos causam alterações no produto. A diferença, entre os dois casos, está apenas na possibilidade ou não de alterações nas taxas de juros.
- c) no caso da "armadilha da liquidez", a política fiscal é totalmente inoperante, ocorrendo o oposto no "caso clássico".
- d) tanto no "caso clássico" quanto no caso da "armadilha da liquidez", o nível do produto é dado. A diferença está apenas nos efeitos dos deslocamentos da curva IS sobre as taxas de juros.
- e) o "caso clássico" ocorre quando a demanda por moeda é totalmente insensível à taxa de juros; já o caso da "armadilha da liquidez" ocorre quando a demanda por moeda é infinitamente elástica em relação à taxa de juros.

37- Considerando o modelo de oferta e demanda agregada; considere ainda que, no longo prazo os preços são flexíveis, mas no curto prazo, verifica-se rigidez total nos preços. Então, é correto afirmar que:

- a) deslocamentos na demanda agregada afetam o produto agregado tanto no curto quanto no longo prazo. A diferença entre os dois casos está apenas no grau de intensidade dos efeitos da demanda sobre o produto.
- b) deslocamentos na demanda agregada no longo prazo só afetam o nível de preços; já no curto prazo, tais deslocamentos só afetam o produto agregado.
- c) no longo prazo, deslocamentos na demanda agregada afastam o produto agregado do seu nível de pleno emprego. Tal efeito, entretanto, não ocorre no curto prazo.
- d) tanto no curto quanto no longo prazo, deslocamentos na demanda agregada afastam o produto do seu nível de pleno emprego. A diferença está nos efeitos desses deslocamentos sobre a inflação.
- e) tanto no curto quanto no longo prazo, o produto agregado encontra-se em seu nível de pleno emprego. Assim, deslocamentos da demanda agregada só causam efeitos sobre a inflação, cuja intensidade é maior no longo prazo.

38- São fatores que tendem a elevar a oferta monetária na economia:

- redução das reservas internacionais do país; concessão, por parte do Banco Central, de empréstimos aos bancos comerciais; venda de títulos públicos pelo Banco Central
- redução das reservas internacionais do país; concessão, por parte do Banco Central, de empréstimos aos bancos comerciais; compra de títulos públicos pelo Banco Central
- elevação das reservas internacionais do país; concessão, por parte do Banco Central, de empréstimos aos bancos comerciais; venda de títulos públicos pelo Banco Central
- elevação das reservas internacionais do país; concessão, por parte do Banco Central, de empréstimos aos bancos comerciais; compra de títulos públicos pelo Banco Central
- elevação das reservas internacionais do país; recebimento, pelo Banco Central, de empréstimos concedidos ao setor privado; venda de títulos públicos pelo Banco Central

39- São consideradas operações ativas do Banco Central:

- alterações nas reservas internacionais, operações de redescontos, empréstimos ao Tesouro Nacional, compra de títulos públicos federais
- alterações nas reservas internacionais, operações de redescontos, empréstimos ao Tesouro Nacional, alteração dos impostos nas operações financeiras
- alterações nas reservas internacionais, operações de redescontos, empréstimos ao Tesouro Nacional, alterações dos impostos nos mercados de capitais
- alterações nas reservas internacionais, alterações na taxa de câmbio, operações de redescontos, empréstimos ao Tesouro Nacional
- alterações nas reservas internacionais, operações de redescontos, alterações no Imposto sobre Operações Financeiras

40- Considere a seguinte equação:

$$\pi_t - \phi\pi_{t-1} = A$$

onde:

$\pi_t$  = taxa de inflação em t ( $\pi_{t-1}$  = taxa de inflação em t - 1);

A = choques exógenos; e

$$\phi \geq 0.$$

Com base nesta equação, pode-se afirmar que

- a trajetória da inflação dependerá de A e  $\phi$ . Se  $A > 0$  ou se  $\phi > 0$ , a inflação será crescente; mas se  $A = 0$ , independente de  $\phi$ , a inflação será estável.
- a trajetória da inflação dependerá principalmente de A. Neste sentido, a inflação será estável somente se  $A = 0$ .
- a trajetória da inflação dependerá exclusivamente do termo  $\phi$ . Supondo a ausência de choques exógenos, se  $\phi > 1$ , a inflação será explosiva; se  $\phi = 1$  a inflação será inercial; e se  $\phi < 1$ , a inflação será decrescente.
- a trajetória da inflação, pela equação, será sempre crescente, independente dos valores de A e  $\phi$ .
- não é possível, a partir da equação, prever uma situação de inflação inercial.

41- Considere que tenha ocorrido uma desvalorização nominal da taxa de câmbio de 10% num determinado período. Considerando o conceito de taxa de câmbio utilizada no Brasil e o conceito de câmbio real que leva em conta a inflação interna e externa, pode-se afirmar que,

- se a inflação externa foi de 10% no período e a inflação interna foi de 25% no período, houve uma desvalorização real da taxa de câmbio.
- se a inflação externa foi de 20% e a inflação interna foi de 5% no período, houve uma valorização real da taxa de câmbio.
- se tanto a inflação interna quanto a externa foram de 5% no período, não houve alteração na taxa de câmbio real.
- se a inflação externa foi de 15% no período e a inflação interna foi de 30% no período, houve uma desvalorização real da taxa de câmbio.
- se a inflação externa foi de 5% e a inflação interna foi de 20% no período, houve uma valorização real da taxa de câmbio.

42- Com relação aos lançamentos no balanço de pagamentos, pode-se afirmar que

- qualquer operação de importação deve necessariamente ter como contrapartida lançamento na conta "haveres a curto prazo no exterior".

- b) qualquer operação envolvendo donativos deve necessariamente ter como contrapartida lançamento na conta de importações.
- c) as transferências unilaterais devem ter necessariamente como contrapartida lançamentos na conta "haveres a curto prazo no exterior".
- d) as amortizações de empréstimos fazem parte dos movimentos de capitais autônomos ao passo que o pagamento de juros de empréstimos fazem parte do balanço de serviços.
- e) é possível um lançamento no balanço de pagamentos se contrapartida de lançamento em outra conta, desde que tal lançamento não seja proveniente de operações de exportação ou de importação.

43- Considere os seguintes dados que refletem as relações de uma economia hipotética com o resto do mundo, num determinado período de tempo, em unidades monetárias:

- exportações com pagamento a vista: 100;
- importações com pagamento a vista: 50;
- entrada de investimento direto externo sob a forma de máquinas e equipamentos: 200;
- pagamento de juros de empréstimos, remessa de lucros e pagamento de aluguéis: 80; e
- amortização de empréstimos: 50.

Pode-se afirmar que

- a) o saldo da balança comercial é de +50; o saldo da balança de serviços é de -130; o saldo em transações correntes é de -230; e o saldo total do balanço de pagamentos é de -80.
- b) o saldo da balança comercial é de +50; o saldo da balança de serviços é de -80; o saldo em transações correntes é de -230; e o saldo total do balanço de pagamentos é de -80.
- c) o saldo da balança comercial é de -150; o saldo da balança de serviços é de -130; o saldo em transações correntes é de -230; e o saldo total do balanço de pagamentos é de -80.
- d) o saldo da balança comercial é de -150; o saldo da balança de serviços é de -80; o saldo em transações correntes é de +230; e o saldo total do balanço de pagamentos é nulo.
- e) o saldo da balança comercial é de -150; o saldo da balança de serviços é de -80; o saldo em transações correntes é de -230; e o saldo total do balanço de pagamentos é de -80.

44- São medidas que tendem a corrigir déficits no balanço de pagamentos:

- a) elevação do nível de atividade econômica, redução das taxas internas de juros, desvalorização da taxa nominal de câmbio
- b) redução do nível de atividade econômica, redução no nível geral de preços internos, elevação das taxas internas de juros
- c) redução do nível de atividade econômica, redução das taxas internas de juros, desvalorização da taxa nominal de câmbio
- d) elevação do nível de atividade econômica, redução das taxas internas de juros, redução no nível geral de preços internos
- e) elevação do nível de atividade econômica, elevação das taxas internas de juros, elevação no nível geral de preços internos

45- Considere o modelo IS/LM com as seguintes hipóteses:

- i) economia pequena e aberta
- ii) livre mobilidade de capital
- iii) taxa de câmbio nominal igual à taxa de câmbio real

Suponha que a autoridade econômica disponha dos dois tradicionais instrumentos de política econômica: política fiscal e política monetária. Pode-se então afirmar que:

- a) os impactos de um ou outro instrumento sobre a renda agregada dependem do regime cambial adotado no modelo.
- b) ambos os instrumentos exercem impactos sobre a renda, independente do regime cambial adotado, já que as taxas de câmbio real e nominal são iguais.
- c) independentemente do regime cambial, a política monetária é a única capaz de exercer influência sobre o produto, já que se verifica uma situação de total estabilidade no nível de preços internos.
- d) se o regime for de câmbio fixo, tanto a política monetária quanto a política fiscal exercem influência sobre a renda agregada, já que as taxas de câmbio nominal e real são iguais.
- e) independentemente do regime cambial, a política fiscal é a única capaz de exercer influência sobre o produto já que, no modelo, está implícita a hipótese de que a taxa esperada de inflação é zero.

## FINANÇAS PÚBLICAS

- 46- A teoria econômica moderna estabelece critérios de imposição de tributos. O critério que postula que a tributação não introduza distorções nos mecanismos de funcionamento e alocação de recursos da economia de mercado é o da
- universalidade
  - equidade
  - neutralidade
  - justiça social
  - adequação
- 47- O governo não só arrecada impostos, mas também devolve parte deles sob a forma de transferências e subsídios. Segundo os textos usuais de Finanças Públicas, identifique a opção correta.
- Subsídios podem ser considerados impostos indiretos com o sinal negativo.
  - O imposto de renda é exemplo de imposto indireto e de tributo federal.
  - Os impostos diretos incidem sobre os preços dos bens e serviços.
  - Transferências são impostos indiretos com o sinal positivo.
  - Os impostos indiretos incidem sobre a renda ou a propriedade.
- 48- A estruturação de um sistema tributário envolve o impacto dos impostos sobre o nível de renda. No que diz respeito a esse aspecto, assinale a opção falsa.
- Um sistema é regressivo quando a participação dos impostos na renda dos agentes diminui conforme a renda aumenta.
  - No sistema regressivo, paga menos (em termos relativos) quem ganha menos.
  - No sistema progressivo, paga mais (em termos relativos) quem ganha mais.
  - Um sistema é neutro quando a participação dos impostos na renda é a mesma, independente do nível de renda.
  - Um sistema é dito progressivo quando a participação dos impostos na renda dos indivíduos aumenta quando a renda aumenta.
- 49- Sabendo-se que o imposto seletivo é um tributo que incide apenas sobre alguns bens, identifique a opção falsa.
- Um imposto seletivo pode ser justificado como um tipo de tributação direta de acordo com o benefício.
  - Um imposto seletivo pode ser empregado para “desestimular” o consumo de certos bens considerados prejudiciais à saúde e à sociedade.
  - O imposto seletivo pode ser utilizado para reforçar a progressividade da estrutura fiscal.
  - O imposto seletivo pode ser aplicado ao produto de determinadas indústrias, de modo a conter a poluição ambiental.
  - Um imposto seletivo pode ser empregado como fonte adicional de receita geral para complementar outros impostos, quando o custo de arrecadação na cobrança desses impostos é elevado.
- 50- Considere que o governo, num mercado em concorrência perfeita, lança um imposto sobre a venda de determinada mercadoria, sendo estabelecido um imposto por unidade vendida. Com relação aos impactos sobre o consumidor e sobre o produtor desse tipo de imposto, não é correto afirmar que:
- a parcela do imposto paga pelo consumidor é a diferença entre o que paga com o imposto menos o que pagaria sem o imposto, multiplicada pela quantidade comprada
  - a parcela do imposto paga pelo produtor é a diferença entre o que receberia sem o imposto menos o que recebe após o imposto, multiplicada pela quantidade vendida
  - se a demanda for mais elástica que a oferta, a maior parte do imposto incidirá sobre os produtores
  - se a demanda for menos elástica que a oferta, quem deve arcar com a menor parcela do imposto é o consumidor
  - a arrecadação total do governo é a soma da parcela do imposto paga pelo consumidor mais a parcela do imposto paga pelo produtor
- 51- Diz-se que, conforme o tamanho da carga tributária e o tipo de tributo, a pressão tributária pode exercer efeitos sobre as poupanças dos indivíduos. Identifique qual dos efeitos mencionados é o verdadeiro.
- A parcela da renda que os indivíduos destinam à poupança é desviada para um menor consumo.
  - O volume das poupanças individuais é reduzido e transferido à economia pública.

- c) A alocação das poupanças de aplicações mais arriscadas e rentáveis é desviada para aplicações menos segura e mais onerosas.
- d) Os tributos cobrados sobre os rendimentos das poupanças dos indivíduos não modificam a estrutura de suas aplicações.
- e) A incidência dos impostos sobre os rendimentos das poupanças estimulam os indivíduos a poupar.

52- Assinale a única opção correta no que diz respeito ao efeito Tanzi e às finanças públicas.

- a) Segundo o efeito Tanzi, a inflação tende a corroer as expectativas da sociedade como um todo.
- b) De acordo com o efeito Tanzi, quanto maior a inflação, maior a arrecadação real do governo.
- c) O efeito Tanzi apresenta a relação entre as altas taxas de inflação e o futuro quadro econômico a ser enfrentado pelo empresariado e pelo setor governamental.
- d) O efeito Tanzi demonstra que a inflação tende a corroer o valor da arrecadação fiscal do governo, pela defasagem existente entre o fato gerador e o recolhimento efetivo do imposto.
- e) O efeito Tanzi afirma que o imposto inflacionário representa a taxação que o Banco Central impõe à coletividade, pelo fato de deter o monopólio das emissões.

53- De acordo com os fundamentos da curva de Laffer, identifique a opção falsa.

- a) Quando o ponto ótimo de alíquota é ultrapassado, a receita tributária pode ser aumentada mediante elevação de alíquota.
- b) Segundo Laffer, o imposto é pago sem sonegação se a alíquota for suficientemente baixa.
- c) Há um ponto ótimo de alíquota que gera uma receita tributária máxima.
- d) O modelo presume que o incentivo à sonegação cresce com a magnitude da alíquota.
- e) A curva de Laffer mostra o efeito de variações na alíquota do imposto sobre a receita tributária.

54- Para a elaboração do Plano Plurianual 2000-2003 e dos orçamentos da União a partir do exercício de 2000, toda ação finalística do governo federal passou a ser estruturada em Programas. Entende-se por ação finalística, na ótica do Decreto nº 2829/98,

- a) a que corresponde ao conjunto de despesas administrativas
- b) a que gera bens e serviços ofertados diretamente ao Estado por instituições criadas para fins específicos
- c) a que proporciona bens e serviços ofertados diretamente à sociedade
- d) a que assume denominação específica segundo a missão institucional de cada órgão
- e) a que corresponde a categorias orçamentárias que não contribuem para a manutenção da ação do governo

55- A Lei de Responsabilidade Fiscal fixou limites para gastos com "Pessoal", tendo como parâmetro um percentual da Receita Corrente Líquida (definida na Lei). Qual(is) do(s) poder(es) ficava(m) fora do alcance da Lei Camata no tocante às despesas de pessoal, incluídas nos limites da nova Lei, na União e nos Estados?

- a) Executivo e Judiciário
- b) Executivo e Legislativo
- c) Executivo
- d) Executivo e Presidência da República
- e) Legislativo e Judiciário

56- A Lei de Responsabilidade Fiscal, de 04 de maio de 2000, no capítulo referente à Receita Pública, capítulo III, seção II, define os critérios para a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita. Marque a única opção falsa, sobre o que compreende renúncia fiscal, segundo a lei.

- a) subsídio
- b) concessão de isenção de caráter geral
- c) crédito presumido
- d) anistia
- e) alteração de alíquota que implique redução discriminada de tributos ou contribuições

57- Para enfrentar os fatores de natureza estrutural, razão do desequilíbrio do Estado Brasileiro, o governo, em outubro de 1998, apresentou à sociedade o Programa de Estabilidade Fiscal, com a finalidade de alcançar o equilíbrio das Contas Públicas. Algumas metas já haviam sido implementadas a partir do Plano Real, na direção de melhor desempenho das contas dos governos federal, estadual e municipal. Assinale a única ação não concretizada, incluída no ajuste fiscal proposto.

- a) Reformas constitucionais e legais da ordem econômica, que permitiram a implementação do processo.
- b) Acordo de ajuste fiscal com os Estados.
- c) Saneamento e privatização dos bancos estaduais.
- d) Aprimoramento dos mecanismos de controle do endividamento dos Estados.
- e) Redução do número de impostos e contribuições sociais.

58- Identifique, nas opções abaixo, o imposto ou contribuição federal de maior montante de arrecadação em 1999, em relação ao total das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal.

- a) Imposto s/ Produtos Industrializados (IPI)
- b) Imposto s/ Operações Financeiras (IOF)
- c) Imposto s/ a Renda (IR)
- d) Contribuição Provisória s/ a Movimentação Financeira (CPMF)
- e) Contribuição Social s/ o Lucro Líquido (CSLL)

59- O déficit do setor público brasileiro representou uma significativa parcela do PIB durante a década de 80, tendo aumentado sistematicamente durante este período. Entre as razões que explicam esse comportamento, não se encontra o (a)

- a) incremento das despesas do setor público em decorrência do grande aumento do número de funcionários
- b) diminuição das receitas do governo em virtude do fraco desempenho da economia ao longo da década
- c) aumento significativo das dívidas públicas externa e interna
- d) incapacidade do governo de pagar o serviço da dívida, motivando a capitalização dos juros não pagos
- e) devolução dos recursos obtidos do arresto dos ativos financeiros do público, pelo governo federal

60- Utilizando conceitos básicos de finanças públicas, assinale a única opção correta em relação ao déficit público.

- a) A diferença entre o déficit primário e o déficit operacional está em que o primeiro considera as despesas e receitas financeiras.

- b) O déficit nominal é sempre menor do que o déficit operacional.
- c) A diferença entre o déficit operacional e o déficit nominal está em que o segundo não considera o imposto inflacionário como receita real do governo.
- d) O déficit público é a única causa de expansão da base monetária.
- e) Enquanto o país conviveu com elevadas taxas de inflação, o déficit nominal foi menor do que o déficit primário.